

# Melhores Práticas em Planejamento Urbano e Regional

Bianca Camargo Martins  
(Organizadora)

Bianca Camargo Martins  
(Organizadora)

# Melhores Práticas em Planejamento Urbano e Regional

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora  
Copyright © Atena Editora  
Copyright do Texto © 2019 Os Autores  
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora  
Editora Executiva: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Antonella Carvalho de Oliveira  
Diagramação: Rafael Sandrini Filho  
Edição de Arte: Lorena Prestes  
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

#### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
M521	Melhores práticas em planejamento urbano e regional [recurso eletrônico] / Organizadora Bianca Camargo Martins. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019.  Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-558-7 DOI 10.22533/at.ed.587192308  1. Planejamento regional. 2. Planejamento urbano – Brasil. I.Martins, Bianca Camargo.  CDD 711.981
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

Atena Editora  
Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br

## APRESENTAÇÃO

A exclusão socioespacial brasileira é um fato alarmante. O difícil acesso de grande parte da população à plena vida urbana é resultado de uma sucessão de políticas públicas inadequadas e incipientes que, muitas vezes, se distanciam das necessidades e anseios da população. Partindo do pressuposto de que o direito à cidade é um direito básico e significa a garantia a terra urbanizada, o acesso aos serviços e equipamentos públicos, a habitação de qualidade e a inclusão social da população, o presente livro visa apresentar pesquisas que se destacam ao abordar de diferentes formas a crise urbana em que vivemos e apontar boas práticas de planejamento.

Nos vinte e seis capítulos que integram a obra “Melhores práticas em Planejamento Urbano e Regional”, o leitor é convidado a percorrer as mais diversas áreas do território brasileiro a partir do ponto de vista dos autores convidados e conhecer novas perspectivas, mostrando a amplitude da discussão sobre o direito à cidade no contexto nacional.

Acredito que os textos aqui contidos representam grandes avanços para o meio acadêmico. Em um momento crítico para a pesquisa e para as políticas urbanas, a Editora Atena se mostra consoante com a intenção de fomentar o conhecimento científico e cooperar com o diálogo acadêmico na direção da promoção de políticas urbanas cada vez mais justas e inclusivas.

Aproveite a leitura!  
Bianca Camargo Martins

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
PROCESOS RECIENTES DE ORDENACIÓN Y PLANIFICACIÓN TERRITORIAL EN ARGENTINA Y EL NORDESTE (2003-2015)	
Miguel Ángel Barreto Roxana Evelyn Abildgaard	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5871923081</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>15</b>
O ÍCONE ARQUITETÔNICO CULTURAL NO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE BARCELONA	
Geise Brizotti Pasquotto	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5871923082</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>36</b>
DO TERRITÓRIO À CIDADE, DA POLÍTICA À CRÍTICA: CONTRIBUIÇÕES DIVERSAS DE GERÔNIMO BUENO E EDGAR GRAEFF AO URBANISMO	
Wilton de Araujo Medeiros	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5871923083</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>50</b>
O MODELO DE DESENVOLVIMENTO FIFA-COI E A IMINÊNCIA DO ESPAÇO ERÓTICO	
Amanda de Lisio João Gabriel Rabello Sodré	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5871923084</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>65</b>
APLICAÇÃO DA TEORIA DE GRAFOS E ANÁLISE ESPACIAL PARA SOLUÇÃO DE PROBLEMAS GEOGRÁFICOS: UM ESTUDO DA CRIMINALIDADE VIOLENTA NO HIPERCENTRO DE BELO	
Antônio Hot Pereira de Faria Diego Filipe Cordeiro Alves Leônidas Conceição Barroso	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5871923085</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>80</b>
A DINÂMICA ATUAL DO SETOR PRODUTIVO E SUAS CONTEMPORÂNEAS INTERAÇÕES: EXEMPLOS DA REDE URBANA DE FRANCISCO BELTRÃO - PARANÁ	
Carlos Casemiro Casaril	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5871923086</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>98</b>
ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS DA INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA NO ESTADO DE GOIÁS	
Vanessa Marzano Araujo Marisa dos Reis Azevedo Botelho	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5871923087</b>	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>110</b>
DESENVOLVIMENTO REGIONAL CONDUZIDO PELA INDÚSTRIA? OBSERVAÇÕES SOBRE O SETOR AUTOMOBILÍSTICO NO MÉDIO PARAÍBA-RJ	
Bianca Louzada Xavier Vasconcellos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5871923088</b>	

<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>124</b>
EXPANSÃO URBANA E ARENA POLÍTICA EM CIDADE HISTÓRICA: A REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE PIRENÓPOLIS-GO	
Neio Campos Benny Schvasberg Ricardo Farret	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5871923089</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>139</b>
O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA NA PRODUÇÃO IMOBILIÁRIA EM SÃO PAULO DE 2009 A 2017	
Isabela Baracat de Almeida Roberto Righi	
<b>DOI 10.22533/at.ed.58719230810</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>153</b>
IDEOLOGIA E PRODUÇÃO HABITACIONAL NO ESTADO CAPITALISTA: MORADIAS POPULARES (VERTICAIS) PRODUZIDAS NO SETOR OESTE DA CIDADE DE UBERLÂNDIA-MG	
Leandro Oliveira Silva Maria Eliza Alves Guerra	
<b>DOI 10.22533/at.ed.58719230811</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>169</b>
O POTENCIAL DO SELO CASA AZUL NA PRODUÇÃO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL SUSTENTÁVEL	
Henriette da Silva Perbeils Mauro Cesar de Oliveira Santos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.58719230812</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>193</b>
AVALIAÇÃO PÓS OCUPAÇÃO (APO): A QUALIDADE NA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (HIS)	
Celina Maria Rodrigues Pinto Anacléa de Araújo Bernardo Arthur Rodrigues Feijão	
<b>DOI 10.22533/at.ed.58719230813</b>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>203</b>
QUALIDADE DE VIDA EM EMPREENDIMENTOS HABITACIONAIS DE INTERESSE SOCIAL: UMA ABORDAGEM EXPLORATÓRIA ATRAVÉS DA PERCEPÇÃO DOS USUÁRIOS	
Luciana Inês Gomes Miron Deyvid Aléx de Bitencourt Monteiro	
<b>DOI 10.22533/at.ed.58719230814</b>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>220</b>
REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DA VILA RESIDENCIAL-UFRJ: OBSERVAÇÕES SOBRE UMA EXPERIÊNCIA	
Maria Julieta Nunes de Souza	
<b>DOI 10.22533/at.ed.58719230815</b>	

<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>232</b>
ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL, ZEIS DE VAZIOS, NA REGIÃO DO GRANDE ABC	
<a href="#">Sandra Teixeira Malvese</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.58719230816</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>246</b>
INCLUSÃO TERRITORIAL: EFETIVIDADE DO DIREITO VIA PERSPECTIVA ANTROPOLÓGICA	
<a href="#">Elisa Quint de Souza de Oliveira</a>	
<a href="#">Pedro Martins</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.58719230817</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>259</b>
AS DINÂMICAS DA RENOVAÇÃO DO ESPAÇO URBANO – REESTRUTURAÇÃO URBANA DO SUL DE SÃO PAULO	
<a href="#">Henrique Dinis</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.58719230818</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>271</b>
COMPARTILHAMENTO DE RECURSOS COMO ALTERNATIVA PARA ECONOMIA URBANA	
<a href="#">Henrique Dinis</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.58719230819</b>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>289</b>
ANÁLISE DE VIABILIDADE MERCADOLÓGICA POR MEIO DO ESTUDO DE MACROZONAS DE OFERTA	
<a href="#">Camila Carneiro Canedo Custódio</a>	
<a href="#">Marcos Túlio Campos Cândido</a>	
<a href="#">Maria Carolina Brandstetter</a>	
<a href="#">Pedro Henrique de Moraes Nogueira</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.58719230820</b>	
<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>306</b>
ANÁLISE DO IMPACTO DA CRISE ECONÔMICA NO MERCADO IMOBILIÁRIO DE FORTALEZA UTILIZANDO OS ÍNDICES DE SHARPE E SORTINO	
<a href="#">Pedro Oliveira Otoch</a>	
<a href="#">Marcelo Augusto Farias de Castro</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.58719230821</b>	
<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>315</b>
ANÁLISE COMPARATIVA DE RISCO E RETORNO ENTRE TÍTULOS PÚBLICOS E MERCADO IMOBILIÁRIO DE FORTALEZA	
<a href="#">Pedro Oliveira Otoch</a>	
<a href="#">Marcelo Augusto Farias de Castro</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.58719230822</b>	
<b>CAPÍTULO 23</b> .....	<b>326</b>
PROCESSO DE GESTÃO DE PARQUES URBANOS: ESTUDO DE CASO EM PORTO ALEGRE, BRASIL	
<a href="#">Luciana Inês Gomes Miron</a>	
<a href="#">Nathalia Danezi</a>	
<a href="#">Cristiane Cassol Schvarstzhaupt</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.58719230823</b>	

<b>CAPÍTULO 24</b> .....	<b>339</b>
INFRAESTRUTURA VERDE: CONTRIBUIÇÃO PARA O PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL	
Daniella do Amaral Mello Bonatto	
DOI 10.22533/at.ed.58719230824	
<b>CAPÍTULO 25</b> .....	<b>352</b>
PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS, UMA POLÍTICA PÚBLICA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: ESTUDO DE CASO PROJETO CONSERVADOR DAS ÁGUAS – EXTREMA-MG	
Carlos Mello Garcias	
Liz Ehlke Cidreira	
Alessandro Bertolino	
Stephanie Louise Inácio Castro	
DOI 10.22533/at.ed.58719230825	
<b>CAPÍTULO 26</b> .....	<b>366</b>
O MEIO AMBIENTE COMO DEFINIDOR DE FRONTEIRAS E CENTRALIDADES NO ESTUÁRIO DO RIO MACAÉ	
João Lemos Cordeiro Sayd	
DOI 10.22533/at.ed.58719230826	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA</b> .....	<b>379</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....	<b>380</b>

## PROCESSO DE GESTÃO DE PARQUES URBANOS: ESTUDO DE CASO EM PORTO ALEGRE, BRASIL

### **Luciana Inês Gomes Miron**

Profa. Associada, Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional, UFRGS

Porto Alegre - RS

### **Nathalia Danezi**

Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional, UFRGS

Porto Alegre - RS

### **Cristiane Cassol Schvarstzaupt**

Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional, UFRGS

Porto Alegre - RS

O presente artigo foi originalmente apresentado e aceito para publicação In: PNUM 2018: A produção do Território – Formas, Processos, Desígnios. Porto: PNUM, 2018.

**RESUMO:** Porto Alegre, no Sul do Brasil, possui oito parques urbanos sob responsabilidade da Prefeitura Municipal através da gestão da Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMAM). O presente artigo apresenta um mapeamento das dimensões municipais envolvidas no processo de gestão dos parques urbanos da cidade, identificando algumas dificuldades enfrentadas e oportunidades de melhoria. Dois parques foram selecionados: o Parque Farroupilha e o Parque Marinha do Brasil. Os dados foram coletados a partir de pesquisa bibliográfica e documental e de entrevistas com técnicos da

Prefeitura e com representantes de usuários de ambos os parques. Foram identificadas dificuldades relacionadas: à estrutura organizacional; à estrutura administrativa, que desconsidera o contexto de cada parque; e a à falta de planejamento de longo prazo. Os resultados indicam: a necessidade de um órgão administrador com atribuições claras; a necessidade de Planos Diretores para os parques, minimizando impactos de alternância de governos; e a criação de comissões de gestão específicas com a participação de membros da comunidade. Por fim, os resultados indicam a necessidade de pesquisas aprofundadas sobre o processo de gestão de parques urbanos no contexto brasileiro, visto que esse tema ainda é pouco explorado pela comunidade acadêmica.

**PALAVRAS-CHAVE:** parques urbanos; processo de gestão; Parque Farroupilha; Parque Marinha do Brasil.

### URBAN PARKS MANAGEMENT PROCESS: CASE STUDY IN PORTO ALEGRE, BRAZIL

**ABSTRACT:** Porto Alegre, in the South of Brazil, has eight urban parks under the responsibility of the City Hall through the management of the Municipal Environment Secretariat (SMAM). The present article presents a mapping of the municipal dimensions involved in the process of

managing the city's urban parks, identifying some difficulties faced and opportunities for improvement. Two parks were selected: the Farroupilha Park and the Marinha do Brasil Park. The data were collected from bibliographical and documentary research and interviews with technicians of the City Hall and with representatives of users of both parks. The difficulties identified were: the organizational structure; the administrative structure, which disregards the context of each park; and lack of long-term planning. The results indicate: the need for an administrative body with clear attributions; the need for Executive Plans for the parks, minimizing the impacts of alternating governments; and the creation of specific management committees with the participation of community members. Finally, the results indicate the need for in - depth research on the process of urban parks management in the Brazilian context, since this theme is still little explored by the academic community.

**KEYWORDS:** urban parks; management process; Farroupilha Park; Marinha do Brasil Park

## 1 | INTRODUÇÃO

Os parques urbanos exercem diversas funções e têm um importante papel dentro da cidade e da vida cotidiana dos cidadãos (MAYMONE, 2009), oferecendo oportunidades para práticas de esporte e lazer, além de conforto térmico e ambiental (COSTA, 2011). Na literatura, não existe consenso na conceituação de parque. Para Macedo e Sakata (2003), parque é todo espaço de uso público, destinado à recreação em massa, capaz de incorporar intenções de conservação e cuja estrutura morfológica não é diretamente influenciada em sua configuração por estruturas construídas em seu entorno. Já o Ministério do Meio Ambiente (2016) define parque urbano como uma área verde com função ecológica, estética e de lazer que possui extensão maior que praças e jardins públicos. Essa definição faz relação com áreas verdes, consideradas um conjunto de áreas intra-urbanas com cobertura vegetal e que contribuem para a qualidade de vida e para o equilíbrio ambiental nas cidades.

O conceito adotado neste trabalho combina os conceitos citados acima: parque urbano é uma área verde pública, intra-urbana, com função ecológica, estética e de lazer, destinado à recreação em massa e que contribuem para a qualidade de vida e o equilíbrio ambiental nas cidades.

### A Importância dos Planos Diretores de Parques Urbanos

Considerando a relevância dos parques urbanos, o desenvolvimento de planos diretores adquire importância estratégica, pois é no planejamento que objetivos e metas são estabelecidos. Algumas cidades em Alberta, no Canadá, apresentam bons exemplos de Planos Diretores de parques. A cidade de *Redcliff*, por exemplo, publicou em 2016 o “Plano Diretor de Parques e Recreação da Cidade de *Redcliff*”, que envolveu a participação de moradores, reuniões com usuários e a colaboração entre

representantes da sociedade e da equipe. O Plano fornece uma estrutura estratégica que tem como objetivos, entre outros: orientar as futuras decisões para serviços e instalações identificados como prioritários; fornecer uma estrutura e uma visão comum para os parques que atenderão às necessidades e às aspirações de uma comunidade em crescimento; e orientar a gestão do investimento futuro (REDCLIFF, 2016).

Outra cidade de Alberta, *Medicine Hat*, apresenta um plano denominado “Plano de Gerenciamento do Sistema de Parques”, preparado como um documento estratégico de longo prazo para a aquisição, preservação e desenvolvimento dos parques e do sistema de espaços abertos da cidade. O plano prevê que a variedade de parques da cidade poderá oferecer inúmeras oportunidades para atender às necessidades da comunidade e que os diversos interesses da população poderão ser acomodados pelas estratégias e políticas identificadas no Plano (MEDICINE HAT, 2010).

### **A Importância da Gestão de Parques Urbanos**

Ao pesquisar a gestão de parques urbanos no mundo, o Instituto Públix constatou haver diversidade de modelos ou padrões específicos de dimensão, legislação ou gestão, além da inexistência da definição de uma política clara de gestão destes espaços (OLIVEIRA & BITAR, 2009). Entretanto, a gestão e a manutenção dos parques urbanos têm sido apontadas como alternativas às dificuldades das grandes cidades para a implantação de novos parques frente à escassez de recursos orçamentários e à ausência de novas áreas disponíveis na zona urbana consolidada (OLIVEIRA & BITAR, 2009).

Parte-se do pressuposto de que a realização de uma gestão eficiente dos parques urbanos existentes, entendida aqui como a operacionalização das metas que o planejamento passado estabeleceu (SOUZA, 2006), pode apoiar a manutenção da qualidade de vida dos cidadãos. Contudo, é importante considerar que a gestão do espaço público é um conjunto complexo de atividades, devido à multifuncionalidade desses espaços e à variedade de partes interessadas (CARMONA et al., 2008).

Dessa forma, para que a gestão dos parques urbanos seja possível são necessárias técnicas e ferramentas que possibilitem a execução das ações pertinentes ao planejamento e ao monitoramento dos resultados obtidos, bem como a articulação das demandas e aspirações das partes interessadas em conjuntos de processos e práticas (OLIVEIRA & BITAR, 2009). Também a avaliação das qualidades, deficiências e necessidades dos parques urbanos, segundo a percepção de seus usuários, são relevantes para o seu monitoramento e gestão (COSTA, 2011). Segundo Walker (2004b), pesquisas sobre usuários são relativamente comuns em outras áreas da gestão pública, porém não são amplamente implementadas em parques urbanos.

### **A importância da Participação da Comunidade**

Para que os parques atendam de forma adequada às demandas, é preciso

informações sobre as características e necessidades dos usuários (e potenciais usuários), além de informações da eficácia dos esforços investidos. Alguns gestores de parques se utilizam de reuniões públicas e audiências formais para obter sugestões da comunidade, mas a coleta de informações através de pesquisas sistemáticas pode ser mais eficiente (WALKER, 2004a).

Segundo Harnik (2003), toda a organização responsável pela gestão de parques deve ter um conselho consultivo de cidadãos, abertas ao público e com encontros regulares, com o objetivo de fornecer aos gestores dos parques críticas construtivas, *feedback* dos usuários e novas ideias de planejamento (HARNIK, 2003). No já mencionado caso de *Medicine Hat*, por exemplo, a participação da comunidade foi considerada elemento-chave para completar o “Plano de Gerenciamento do Sistema de Parques” (MEDICINE HAT, 2010).

O tipo de informação a ser levantada com os usuários dos parques pode incluir: quem utiliza o parque em comparação à comunidade do entorno (o que pode mostrar se alguns grupos estão sendo esquecidos); como as pessoas utilizam o parque (que pode identificar se as instalações estão sendo muito, pouco ou mal utilizadas, ajudando a direcionar os investimentos e a gestão); por que os membros da comunidade utilizam ou não utilizam o parque (o que pode guiar esforços para divulgação e iniciativas para melhorar ou mudar os serviços); e quais as características que têm valor para os visitantes (o que pode ajudar a resolver conflitos de interesses a respeito das prioridades do parque) (WALKER, 2004a). Harnik (2003) enfatiza a importância da participação de uma rede ou grupos de “amigos do parque”, que sirvam tanto como apoiadores quanto como vigilantes dos gestores dos parques urbanos.

Outro desafio está relacionado ao tipo de gestão dos parques: se será pública, privada ou uma parceria público-privada. Em alguns exemplos internacionais, a participação tem sido majoritariamente ao nível da consulta estatutária sobre o novo investimento de capital na vizinhança (por exemplo, Paris), enquanto em outros uma transferência real de responsabilidades de gestão para voluntários e vizinhanças foi alcançada (por exemplo, Tóquio) (CARMONA et al., 2008). De acordo com Harnik (2003), os grupos de “amigos dos parques urbanos” podem colaborar para a gestão contribuindo desde temas da limpeza, segurança e qualidade à programação, sinalização e angariação de fundos especiais. Whately et al. (2008) apresentam que o voluntariado pode ser organizado e ter sucesso na gestão de parques urbanos, através do incentivo aos usuários para participarem das esferas já existentes, como os conselhos gestores.

É importante frisar que, para que haja o envolvimento da comunidade na gestão, se faz necessário que o processo de gestão esteja estruturado para tal. A partir do estudo de Molin e van der Bosh (2014), que apresenta casos de participação da comunidade em parques urbanos na Dinamarca, percebe-se que esse envolvimento requer, por exemplo, o desenvolvimento de estratégia, regras, acordos formais e

treinamento.

## O Contexto Brasileiro na Gestão de Parques Urbanos

No contexto brasileiro, a gestão dos parques urbanos se relacionam mais ao manejo dos recursos naturais, enquanto pouca atenção tem sido dada aos aspectos organizacionais e gerenciais (ARAÚJO, 2004; OLIVEIRA & BITTAR, 2009). As grandes áreas verdes demandam uma gestão ativa que integre componentes de gestão urbana e ambiental (COSTA, 2011).

Costa (2011) destaca como desafios à gestão de parques urbanos: descontinuidade de políticas adotadas, em função da alternância dos governos municipais; deficiências e escassez de fontes de dados; inexistência de séries históricas que possibilitem comparações e medições dos resultados das políticas e instrumentos adotados; falta de rigor e padronização metodológica na coleta de dados e na estruturação dos sistemas de indicadores e informações existentes; utilização de sistemas de gestão generalistas inadequados aos contextos específicos; e inexistência de recursos financeiros para a manutenção dos parques urbanos e para o desenvolvimento de projetos socioculturais, educativos e de preservação destes espaços.

Nesse mesmo sentido, Whately et al. (2008) apontam que, na maioria dos casos, não existem parcerias formais e definidas entre os órgãos responsáveis pela gestão dos parques, resultando na utilização de espaços e equipamentos existentes por diferentes órgãos, de acordo com a disposição e iniciativa de cada um deles, bem como do administrador local.

## 2 | OBJETIVO E METODOLOGIA

A partir do contexto descrito, o presente artigo se propõe a apresentar um mapeamento das esferas municipais envolvidas no processo de gestão e manutenção dos parques urbanos da cidade de Porto Alegre, identificando algumas das dificuldades enfrentadas e oportunidades de melhoria. A estratégia de pesquisa adotada foi o estudo de caso, para o qual dois parques foram selecionados: o Parque Farroupilha e o Parque Marinha do Brasil.

O delineamento da pesquisa é apresentado na Tabela 1. O presente artigo apresenta resultados a partir de estudos exploratórios de duas dissertações de mestrado do Programa de Planejamento Urbano e Regional (PROPUR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) em fase final de desenvolvimento. Resultados parciais foram previamente publicados em evento acadêmico no Brasil (DANEZI & MIRON, 2017). Este artigo foi originalmente apresentado e aceito para publicação nos anais do PNUM 2018, realizado em Porto, Portugal. A presente versão sofreu revisões e ajustes.

Técnica de coleta de dados	Fonte de dados	Abordagem de análise de dados	Consolidação dos resultados
1. Pesquisa bibliográfica	Pesquisas realizadas sobre gestão de parques urbanos	Revisão de literatura	Convergência dos dados.
2. Pesquisa documental	Leis e Decretos do Município de Porto Alegre	Análise de conteúdo	
3. Entrevistas	Técnicos da PMPA (SMAM e outros), Conselho de Usuários do Parque Farroupilha e usuários do Parque Marinha do Brasil.	Análise de conteúdo	

Tabela 1: Delineamento da Pesquisa.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Ao longo de 2017 ocorreram alterações na administração municipal de Porto Alegre em função da mudança de governo (cf. Decreto Municipal N.º 19.851/2017). Entretanto, até o último contato com os técnicos da SMAM (ao final de 2017), essas mudanças estavam em fase de adaptação e consolidação e, portanto, este artigo manterá a referência às antigas Secretarias. No mesmo sentido, a realidade e as informações apresentadas dizem respeito ao período de realização desta pesquisa (da metade do ano de 2016 ao início de 2018).

### 3 | PORTO ALEGRE E SEUS PARQUES URBANOS

A cidade de Porto Alegre, no Sul do Brasil, possui oito parques urbanos [Fig. 1], cada um deles com públicos e atividades diversos. Desses, quatro encontram-se na área central da cidade, entre eles, o Parque Farroupilha e o Parque Marinha do Brasil, os quais, segundo reportagem recente (XAVIER, 2018), são os parques urbanos mais conhecidos da capital gaúcha [Fig. 2].

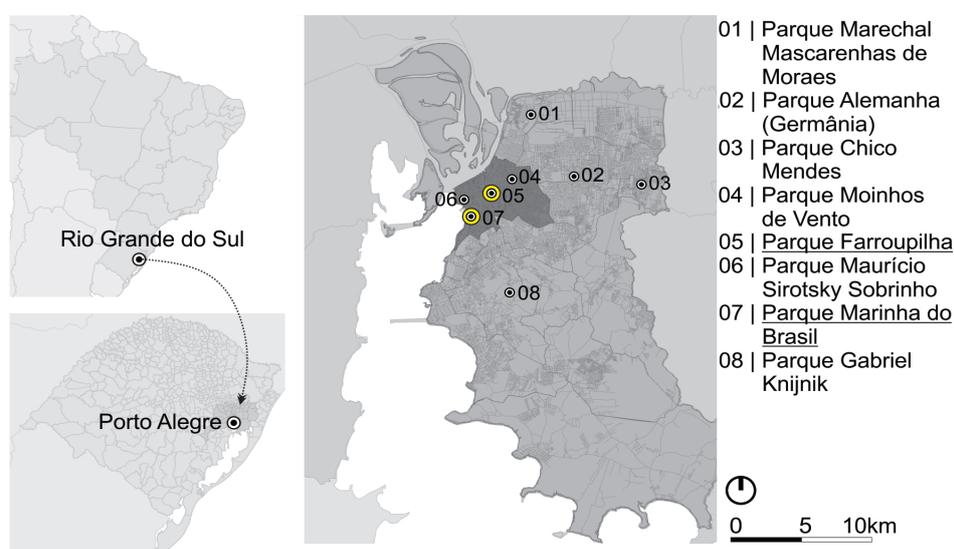


Fig. 1 - Localização dos oito parques urbanos de Porto Alegre/RS.

Fonte: Elaborado pelos autores.

O Parque Farroupilha, com 37,5 hectares, é o parque mais antigo da cidade e foi inaugurado em 1935. Porém, antes mesmo da sua oficialização, a área já era utilizada para fins de recreação e lazer (AXT & SCLIAR, 2011). O Parque Farroupilha é tido como um espaço público de grande referência da cidade, em função da sua localização de importância histórica no desenvolvimento de Porto Alegre (SOUZA, 2008), tendo sido tombado como Patrimônio Histórico, Cultural, Natural e Paisagístico de Porto Alegre, em 1997 (AXT & SCLIAR, 2011). Localizado entre duas importantes avenidas de acesso ao centro da cidade (a Av. Osvaldo Aranha e a Av. João Pessoa), é um espaço público de apropriação por diferentes grupos sociais e de relações metropolitanas (SOUZA, 2008).

O Parque Marinha do Brasil, inaugurado em 1978, também está localizado entre duas avenidas de grande fluxo e de importante conexão com o centro da cidade (a Av. Edvaldo Pereira Paiva e a Av. Borges de Medeiros) e é o maior parque em extensão de Porto Alegre, com 70,7 hectares. Está localizado em uma área de aterro e de importante integração com a orla do Rio Guaíba, sendo caracterizado por atividades predominantemente esportivas.

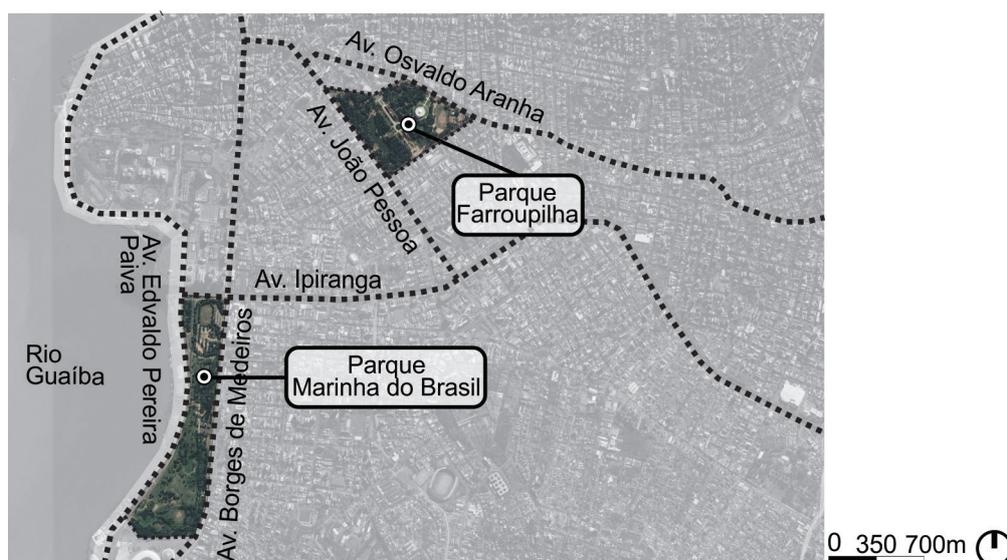


Fig. 2 - Localização dos Parques Marinha do Brasil e Farroupilha na área central de Porto Alegre.

Fonte: Elaborado pelos autores.

#### 4 | PROCESSO DE GESTÃO DOS PARQUES URBANOS DE PORTO ALEGRE

A Secretaria da PMPA responsável pela gestão dos parques urbanos municipais é a SMAM. A Secretaria é subdividida em dois setores: a Supervisão do Meio Ambiente (SUMAM), que desenvolve atividades de gestão relativas ao ambiente natural; e a Supervisão de Praças e Parques e Jardins (SUPPJ), responsável pelo gerenciamento dessas áreas verdes e unidades de conservação, bem como pela implementação da arborização de vias públicas (DANEZI & MIRON, 2017). Dentro do setor de SUPPJ

existe a Divisão de Administração dos Parques (DAP), responsável por administrar o uso e funcionamento dos oito parques urbanos da cidade. Cada parque possui uma sede administrativa no local, subordinada à SMAM, através da DAP, e que deveria centralizar as tomadas de decisões referentes a cada parque.

Apesar de a responsabilidade pela gestão dos parques ser da SMAM, outras Secretarias e Departamentos estão envolvidos no trabalho de mantê-los em condições de uso (DANEZI & MIRON, 2017) [Tabela 2 e Fig. 3]:

Esferas Municipais		Responsabilidade nos Parques
SMAM	Secretaria Municipal do Meio Ambiente	gestão, limpeza (através de empresas terceirizadas) e poda
SMSEG	Secretaria Municipal de Segurança	ações da Guarda Municipal e câmeras de monitoramento (em alguns parques)
SMOV	Secretaria Municipal de Obras e Viação	iluminação/mobiliários urbanos
DIP	Divisão de Iluminação Pública	
DEP	Departamento de Esgotos Pluviais	obras do sistema pluvial
DMAE	Departamento Municipal de Água e Esgotos	captação, tratamento e distribuição de água e tratamento de esgoto cloacal
DMLU	Departamento Municipal de Limpeza Urbana	coleta de resíduos nas calçadas do perímetro
GP	Gabinete do Prefeito	algumas decisões relativas aos parques tendo prioridade, não sendo necessário submeter-se a nenhuma secretaria

Tabela 2 – Esferas municipais envolvidas nos parques urbanos.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Além dos agentes públicos envolvidos na gestão, os parques urbanos de Porto Alegre podem ter Conselhos Consultivos formados por pessoas jurídicas de direito público ou privado (cf. decreto N° 17.986/2012). Cabe a esse Conselho: mediar os interesses dos diversos usuários; manifestar-se sobre atividades ou obras potencialmente causadoras de impactos no local ou em seu entorno; e propor diretrizes e ações para compatibilizar, integrar e otimizar a relação com a população usuária (PMPA, 2012).

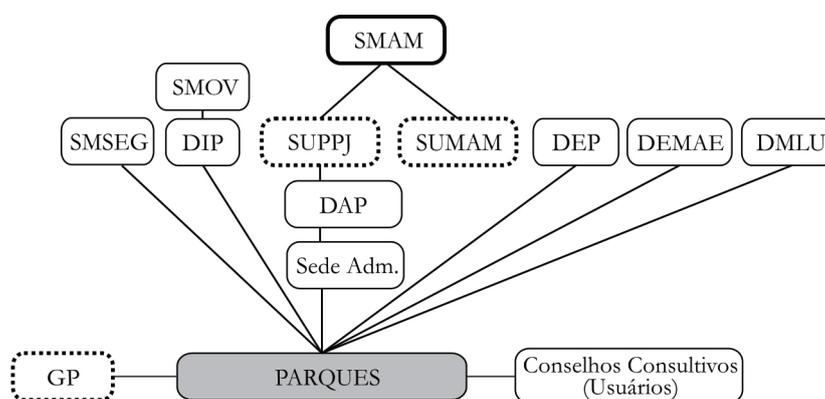


Fig. 3 – Esquema dos agentes públicos envolvidos na gestão dos parques urbanos.

Fonte: Elaborado pelos autores.

É importante expor que, conforme apresentado por Schvarstzhaupt (2018), não existe geração de informações sobre a realidade dos parques urbanos de Porto Alegre para auxiliar no processo de gestão, o que poderia ocorrer através do monitoramento desses espaços. Conforme a autora, isso significa que as decisões acerca de manutenção, reformas de melhoria e priorização para destinação de recursos financeiros, por exemplo, ocorrem sem embasamento em dados, considerando apenas as percepções dos técnicos ou o ponto de vista da autoridade responsável pela decisão. Além disso, a autora complementa que o ponto de vista dos usuários e suas necessidades não são amplamente considerados nas decisões. No entanto, a SMAM já tem considerado esforços para a geração de informações, inclusive de usuários.

### Particularidades da Gestão do Parque Marinha do Brasil

Além das secretarias citadas anteriormente, o Parque Marinha possui outras duas secretarias envolvidas na gestão [Fig. 4]: a Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio (SMIC), responsável pela fiscalização das atividades comerciais e de prestação de serviço, ambulantes e fixas; e a Secretaria Municipal de Esportes, Recreação e Lazer (SME), responsável pela gestão de uso dos espaços esportivos (possui sede no interior do parque). A partir das entrevistas com técnicos da SMAM, da SME e da administração do Parque Marinha do Brasil, pode-se observar algumas divergências sobre as responsabilidades de cada um no Parque Marinha do Brasil. Isso reforça a inexistência de um processo de gestão e manutenção bem estruturado, com atividades e funções claras.

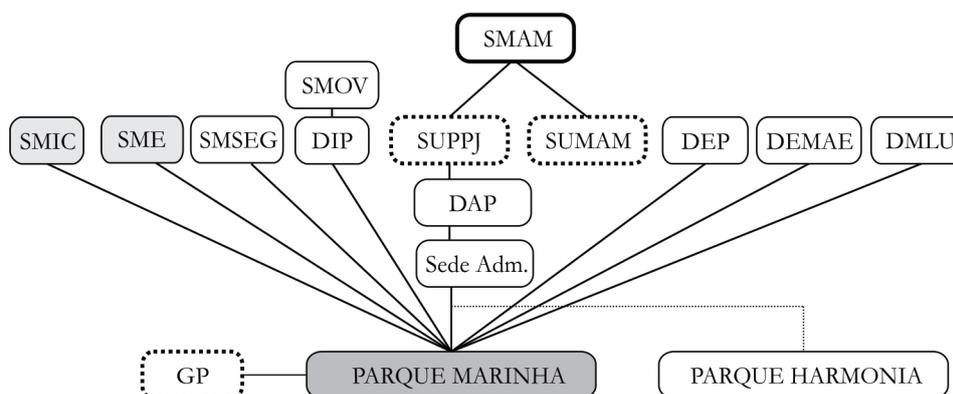


Fig. 4 - Esquema dos agentes públicos envolvidos na gestão do Parque Marinha do Brasil. Fonte: Elaborado pelos autores.

Durante o desenvolvimento da pesquisa, este parque não possuía nenhum conselho de usuários. Segundo informações do administrador do Parque já existiram grupos informais que se envolveram com a manutenção, plantio e manutenção de árvores, o que por vezes, resultou em situações conflituosas. Isso parece ter ocorrido porque a SMAM (e a administração do parque) não estavam organizadas para comportar esse tipo de relacionamento, que demandaria o desenvolvimento de

programas específicos de voluntários.

## Particularidades da Gestão do Parque Farroupilha

Com relação ao Parque Farroupilha, os agentes responsáveis pela gestão são os mesmos envolvidos na gestão do Parque Marinha do Brasil, com o acréscimo de duas secretarias [Fig. 5]: a Secretaria Municipal da Cultura (SMC), por se tratar de uma área tombada; e a Secretaria Municipal dos Direitos Animais (SEDA), responsável por ações de proteção aos animais (DANEZI & MIRON, 2017).

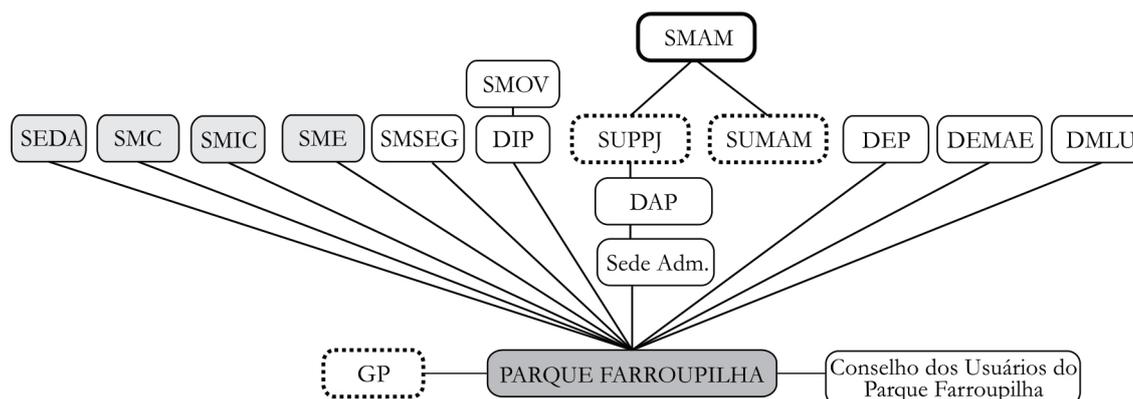


Fig. 5 - Esquema dos agentes públicos envolvidos na gestão do Parque Farroupilha.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Visando a mediação de conflitos foi criado o Conselho de Usuários do Parque Farroupilha, em 2001, com o objetivo de estabelecer um diálogo entre os diferentes usuários (sociedade civil) e a administração do parque (Estado). Contudo, segundo Souza (2008), os representantes do Conselho não refletem a diversidade de grupos de usuários do parque, pois dificilmente um usuário não vinculado a algum grupo específico (associação, ONG, etc.) frequenta as reuniões do Conselho, tornando os temas muito pontuais e direcionados aos interesses dos grupos organizados. Aliado ao problema da falta de representatividade do Conselho, seu caráter consultivo acabou por tornar suas ações sem autonomia e com pouca influência nas tomadas de decisões. De acordo com Souza (2008), esses dados denotam que há um problema de participação no Conselho, prejudicando sua ação como órgão gestor.

## Dificuldades na Gestão dos Parques Urbanos de Porto Alegre

A primeira dificuldade se dá pela falta de uma estrutura organizacional clara entre todas as secretarias envolvidas. Como não há uma clara definição de responsabilidades pela tomada de decisão, as ações são individualizadas e fragmentadas. A comunicação entre as secretarias e os responsáveis pelas atividades é feita de maneira informal, resultando em conflitos e falta de compatibilização entre as ações. Outro problema está relacionado à falta de plano

de manejo, bem como à falta de plano de gestão para os parques urbanos. Além disso, as ações executadas nesses espaços não são adequadamente registradas, o que resulta na falta de um levantamento atualizado da infraestrutura existente.

A descontinuidade de políticas adotadas na gestão dos parques, decorrente da alternância dos governos que administram cada Secretaria, representa uma dificuldade sistêmica em Porto Alegre. A cada troca, as prioridades e ações referentes aos parques urbanos se alteram, dificultando a organização e o planejamento de longo prazo. Além disso, não são feitas pesquisas de opinião pública de maneira sistematizada e o regramento para o funcionamento de todos os parques urbanos da cidade é o mesmo, o que dificulta a adaptação a cada contexto nos quais estão inseridos.

## 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa evidencia uma lacuna de conhecimento relacionada à gestão de parques urbanos no Brasil. Mesmo na comunidade científica internacional a gestão de parques ainda é um tema pouco explorado. Outra lacuna importante é a necessidade de busca por informações relacionadas ao uso e manejo dos parques que possam colaborar para a tomada de decisão na utilização dos recursos disponíveis de maneira mais eficiente e com maior qualidade na gestão dos parques urbanos (OLIVEIRA & BITAR, 2009).

A grande quantidade de Secretarias envolvidas na gestão dos parques urbanos de Porto Alegre e a falta de hierarquia e as falhas de comunicação apontam para a necessidade de um órgão administrador bem definido e com atribuições claras. Assim, foi constatada a necessidade de um conselho gestor com atribuições focadas no contexto de cada parque urbano, além de um plano diretor específico, para que as ações independam do governo em exercício.

Tendo em vista essas falhas, podem ser identificadas possíveis melhorias para a gestão dos parques urbanos de Porto Alegre. Podem-se sugerir recomendações elaboradas a partir do estudo de Oliveira e Bitar (2009), tais como: o registro sistemático de dados e das ações realizadas ao longo do tempo, possibilitando futuras análises do contexto e correções; e a criação de um banco de boas práticas, no qual as experiências bem sucedidas possam ser registradas, possibilitando a consulta por parte de outros gestores que enfrentem problemas semelhantes. A partir da revisão de literatura também foi possível verificar a importância da participação da população na gestão dos parques urbanos, que pode se dar a partir de pesquisas de opinião, conselhos consultivos e conselhos gestores. Além disso, o monitoramento das atividades e dos fenômenos socioculturais e ambientais ocorridos nos parques podem permitir uma maior aproximação entre a sociedade e o poder público.

Assim, esta pesquisa aponta para a necessidade de maiores estudos acerca da gestão desses parques. De acordo com a literatura estudada, existem falhas de gestão tanto na esfera representada pelo Estado, quanto na representada pela sociedade

civil. Tanto a literatura quanto os dados inicialmente coletados indicam uma lacuna de conhecimento na área e, portanto, a necessidade de estudos mais aprofundados sobre o tema.

Cabe ressaltar que o presente artigo teve como foco de análise aspectos relacionados à estrutura organizacional, que é parte do processo de gestão como um todo. Por fim, pode-se apontar como oportunidades de trabalhos futuros: estudos sobre o processo de gestão de parques urbanos e estudos sobre o processo de desenvolvimento de planos diretores para os parques urbanos.

## AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES).

## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, M. A. R.. **Subsídios ao planejamento do sistema estadual de unidades de conservação**: tamanho, representatividade e gestão de parques em Minas Gerais. Belo Horizonte: UFMG, 2004.
- AXT, G.; SCLIAR, M. **Parque Farroupilha “Redenção”**: Histórias de Porto Alegre. Porto Alegre: Paiol, 2011.
- CARMONA, M., MAGALHÃES, C., HAMMOND, L. **Public Spaces**: The management dimension. Londres e Nova York: Routledge, 2008.
- COSTA, D. O. **Parâmetros normativos para a gestão de parques urbanos do Distrito Federal**. Brasília: UnB, 2011.
- DANEZI, N. P., & MIRON, L. I. G. Gestão de Espaços Públicos: Parques Urbanos e o caso do Parque Farroupilha em Porto Alegre/RS. In: Simpósio Nacional de Gestão e Engenharia Urbana, 1., São Carlos. **Anais...** São Paulo: UFSCar, 2017. P. 1162-1172.
- HARNIK, P. **The excellent city park system**: What makes it great and how to get there. San Francisco: The Trust for Public Land, 2003.
- MACEDO, S. S., & SAKATA, F. G. **Parques urbanos no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2003
- MAYMONE, M. A. A. **Parques Urbanos – origens, conceitos, projetos, legislação e custos de implantação**. Estudo de caso: Parque das Nações Indígenas de Campo Grande, MS. Campo Grande: UFMS, 2009.
- MEDICINE HAT. (2010) **Medicine Hat Parks System Management Plan**. Disponível em: <<https://www.medicinehat.ca/home/showdocument?id=56>>. Acesso em: 05 jun. 2018.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. (2016). **Parques e Áreas Verdes**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/areas-verdes-urbanas/parques-e-%C3%A1reasverdes>>. Acesso em: 30 out. 2016.

MOLIN, J., VAN DER BOSH, C. K. Between big ideas and daily realities - The roles and perspectives of Danish municipal green space managers on public involvement in green space maintenance. **Urban Forestry and Urban Greening**, 13, 553–561, 2014.

OLIVEIRA, P. T. S. B., & BITAR, O. Y. Indicadores Ambientais para o monitoramento de parques urbanos. **Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente**, 4 (2), maio/ago., 2009.

REDCLIFF. **Parks and Recreation Master Plan**: Town of Redcliff. 2016. Disponível em: <<http://www.redcliff.ca/wp-content/uploads/2017/01/2016-Recreation-Master-Plan-Final-Draft.pdf>>. Acesso em 05 jun. 2018.

SCHVARSTZHAUPT, C. C. **Contribuições para o monitoramento de uso de parques urbanos: O caso do Parque Marinha do Brasil, em Porto Alegre/RS**. Porto Alegre: UFRGS, 2018.

SOUZA, F. S. **O espaço público contemporâneo: a complexidade vista a partir de parques urbanos de Porto Alegre**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

SOUZA, M. L. **A prisão e a ágora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

WALKER, C. **The Public Value of Urban Parks**. Washington, D.C: Urban Institute, 2004a.

WALKER, C. **Understanding Park Usership**. Washington, D.C: Urban Institute, 2004b.

WHATELY, M.; SANTORO, P. F.; GONÇALVES, B. C.; & GONZATTO, A. M. **Parques urbanos municipais de São Paulo: Subsídios para a gestão**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2008.

XAVIER, M. Marinha e Redenção são os parques mais.... **Correio do Povo**, Porto Alegre, 27 abril 2018. Disponível em: <<http://www.correiodopovo.com.br/Noticias/Geral/2018/4/648804/Marinha-e-Redencao-sao-os-parques-mais-conhecidos-de-Porto-Alegre,-aponta-pesquisa>>. Acesso em: 29 maio 2019.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Análise Espacial 78  
Arranjo Produtivo Local 98, 100

### D

Desenvolvimento Sustentável 118, 352  
Direito à Cidade 138, 252, 257

### E

Economia Compartilhada 271, 287  
Expansão Urbana 131, 137

### H

Habitação de Interesse Social 152, 171, 193, 235, 236, 244, 245

### I

Inclusão Territorial 246  
Indústria Automobilística 98, 99, 101, 103, 104, 108  
Infraestrutura Verde 350

### M

Mercado Imobiliário 152, 271, 290, 294, 306, 315

### N

Norma de Desempenho 171, 175, 189, 190, 191

### P

Parques Urbanos 327, 328, 330, 335, 337  
Patrimônio Cultural 125, 379  
Percepção dos Usuários 212  
Planejamento Urbano e Regional 2, 5, 3, 203, 326, 330, 348, 349, 366  
Políticas de Planejamento Territorial 1  
Políticas Públicas 110, 193, 352, 363, 364  
Programa Minha Casa Minha Vida 139, 140, 141, 143, 144, 146, 150, 151, 193, 196,  
233, 236, 241, 244

## **Q**

Qualidade de Vida 212

## **R**

Redes de Transporte 366

Rede Urbana 80

Regularização Fundiária 223, 231, 246

## **S**

Segurança Pública 79

Sustentabilidade 174, 192, 193, 348, 351

## **Z**

Zonas Especiais de Interesse Social 232, 233, 245

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-558-7

